

O Tratamento Tributário dos Direitos Econômicos

Gustavo Lopes Pires de Souza

Mestre em Direito Desportivo pela Universidade de Lérida (Espanha); MBA em Consultoria e Gestão Empresarial; Especialista em gestão em Marketing Digital; Ouvidor certificado pela Escola Nacional da Administração Pública; Autor de livros e artigos publicados no Brasil e no exterior; Professor em instituições de ensino nacionais e internacionais; Palestrante de eventos no Brasil, América Latina e Europa.

Luciana xxxx

XXXXXXXX, Graduada do 1º período de Direito - Faculdade de Direito de Contagem (FDCON)

Samira xxxx

XXXXXXXX, Graduada do 1º período de Direito - Faculdade de Direito de Contagem (FDCON)

Thairine Rocha Gonçalves

XXXXXXXX, Graduada do 1º período de Direito - Faculdade de Direito de Contagem (FDCON)

Resumo: Com a extinção do “passe” e a criação dos Direitos Econômicos e das cláusulas indenizatórias desportivas surgiu a necessidade dos clubes adequarem-se tributariamente.
xxxx

Palavras-Chave: Direitos Econômicos – Clausula Indenizatória Desportiva - Tributação
- xxxxxxxxxxxx

Abstract: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Keywords: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Sumário: I. Introdução; II. Dos Direitos Econômicos e da Cláusula Indenizatória Desportiva; III. Forma de Tributação; IV. Conclusão. V. Referências Bibliográficas.

I. INTRODUÇÃO

Anualmente, centenas de atletas transferem-se entre os clubes brasileiros ou, dos clubes nacionais para o exterior.

A norma específica que regulamenta a profissão de atleta profissional é a Lei 9.615/1998, conhecida como Lei Pelé.

O presente artigo tem o objetivo de analisar os direitos econômicos e cláusula indenizatória desportiva sob o enfoque tributário.

Dessa forma, inicialmente, serão definidas as questões trabalhistas atinentes aos direitos econômicos e cláusula indenizatória.

No próximo item, avaliar-se-á a questão específica contábil e tributária.

Considerando as especificidades que permeiam as relações jusdesportivas, objetiva-se através do presente trabalho esclarecer algumas questões que envolvem esse tema, tão novo e importante em nossa realidade e para o Direito.

I. DOS DIREITOS ECONÔMICOS E DA CLÁUSULA INDENIZATÓRIA DESPORTIVA

Antes da extinção do passe, nas transferências de atletas, os clubes “vendiam” o vínculo dos atletas.

De acordo com a cartilha do Ministério dos Esportes (2006, p. 6), passe era considerado como “a importância devida por empregador ao outro, pela cessão do atleta durante a vigência do contrato ou depois de seu término”. Desta forma, o atleta permanecia vinculado ao clube mesmo depois de ter o seu contrato encerrado, contudo, neste período não tinha o direito a salário pelo fato de o contrato de trabalho não ter um vínculo jurídico e sua desvinculação do clube somente ocorria após completar a idade de 32 anos ou ter prestado 10 anos de serviços efetivo.

Diante deste fato, vários juristas do Brasil e do mundo entenderam que o passe era uma forma de trabalho escravo, o que ocasionou diversas discussões e processo na justiça.

Esta lei foi alterada em 24 de março de 1998 pela Lei nº 9.615 (Lei Pelé) que determinou a extinção do passe de atletas e inclusão da cláusula penal de forma unilateral na elaboração dos contratos que passaram a ter vínculo jurídico.

A Lei nº 9.615/1998 alterada pela Lei 10.672/2003 e Lei 12.395/2011 dispõem que a “atividade do atleta profissional é caracterizada por remuneração pactuada em contrato especial de trabalho desportivo, firmado com a entidade de prática desportiva, no qual deverá constar, obrigatoriamente”.

De acordo com a Lei nº 12.395/2011 a cláusula indenizatória conhecida como direito federativo é “devida exclusivamente à entidade de prática desportiva à qual está vinculado o atleta”, desta forma, a entidade passa a ter esse direito quando o atleta é transferido para outro clube antes do término do contrato especial de trabalho desportivo, ou quando o atleta volta a exercer suas atividades profissionais dentro de um prazo de 30 meses em outra entidade.

Conforme já destacou o professor Gustavo Lopes Pires de Souza:

Entende-se, assim, por cláusula indenizatória desportiva como sendo a verba devida pelo atleta exclusivamente ao clube empregador, no caso de transferência, nacional ou internacional, do atleta para outro clube, bem como para o caso de retorno do atleta às atividades profissionais em outro clube, no prazo de até 30 (trinta) meses.

O valor máximo da cláusula indenizatória desportiva, para transferências nacionais, é de até 2.000 (duas mil) vezes o valor médio contratual. Para transferências internacionais não há qualquer limitação, sendo que, em ambos os casos, o pagamento é devido exclusivamente ao clube, não podendo terceiro receber o valor.

De acordo com o art. 28, parágrafo 1º, I, II da Lei nº 12395/2011 é livre o pacto entre a entidade e o atleta da cláusula indenizatória, desde que se respeite o limite máximo estipulado para transferências nacionais que é de 2.000 (duas mil) vezes o valor médio do salário contratual.” Não havendo limitação para as transferências internacionais ou seja, não existe limite para a cláusula indenizatória.

Art. 31. A entidade de prática desportiva empregadora que estiver com pagamento de salário de atleta profissional em atraso, no todo ou em parte, por período igual ou superior a 3 (três) meses, terá o contrato especial de trabalho desportivo daquele atleta rescindido, ficando o atleta livre para se transferir para qualquer outra entidade de prática desportiva de mesma modalidade, nacional ou internacional, e exigir a cláusula compensatória desportiva e os haveres devidos. [\(Redação dada pela Lei nº 12.395, de 2011\).](#)

Da mesma forma que a entidade tem o direito de receber a cláusula indenizatória quando o atleta rescinde o contrato especial do trabalho antes do prazo estipulado entre as partes, a entidade também é penalizada quando o descumprimento dos prazos é por conta da entidade empregadora e detentora do direito federativo do atleta, conforme determina o art. 28, parágrafo 3º Lei 12.395/2011.

[§ 3º](#) O valor da cláusula compensatória desportiva a que se refere o inciso II do caput deste artigo será livremente pactuado entre as partes e formalizado no contrato especial de trabalho desportivo, observando-se, como limite máximo, 400 (quatrocentas) vezes o valor do salário mensal no momento da rescisão e, como limite mínimo, o valor total de salários mensais a que teria direito o atleta até o término do referido contrato. (BRASIL, 2011)

De acordo com o art. 28, parágrafo 2º da Lei nº 12.395/2011, “são solidariamente responsáveis pelos pagamentos das cláusula indenizatória desportiva de que trata o inciso I do caput deste artigo o atleta e a nova entidade de prática desportiva empregadora.”

Nos dias de hoje o atleta profissional é registrado por meio de contrato de trabalhista e documento auxiliar firmado junto a CBF – Confederação Brasileira de Futebol, com vínculo federativo que contempla cláusula penal. Além desta alteração, os contratos passaram a ter prazo de duração, ou sejam passaram a ser com prazo determinado, onde o período pode variar de 03 meses a 5 anos.

Esta alteração da lei beneficiou o atleta e prejudicou os clubes de futebol, que antes tinha retorno garantido do investimento efetuado no atleta.

Diante deste fato, os clubes ficam atentos aos prazos de renovação dos contratos com os atletas com outras agremiações, pois após o término do contrato o atleta fica livre e desimpedido para assinar contrato de trabalho com outros clubes e se desligar do clube atual sem arcar com nenhum ônus financeiro.

II. FORMA DE TRIBUTAÇÃO

Ativo intangível

Receita

A caracterização da natureza da receita é importante, pois sua falta pode ocasionar questionamentos quanto a sua classificação principalmente quando trata-se de atividades específicas como cessão definitiva de atletas, que para alguns pode ser considerada como natureza operacional e para outros como natureza de caráter não operacional.

De acordo como o Pronunciamento Técnico CPC – 30/2009 “a receita é definida como o ingresso bruto de benefícios econômicos durante o período proveniente das atividades ordinárias da entidade que resultam no aumento do seu patrimônio líquido, exceto as contribuições dos proprietários.”

Barreto (2009, p. 42), define as receitas como “entradas de elementos para o ativo da empresa, na forma de bens ou direitos que sempre provocam um aumento da situação líquida.”

A receita é definida pelo CPC – 00/2008 como:

Aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido e que não sejam proveniente de aporte dos proprietários da entidade (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2008).

O item 74 do Pronunciamento Técnico CPC – 00/2008, esclarece que a receita possui a definição abrangente “tanto para receitas propriamente ditas como ganhos. A receita surge no curso das atividades ordinárias de uma entidade e é designada por uma variedade de nomes, tais como vendas, honorários, juros, dividendos, royalties e aluguéis.”

De acordo com o item 75 do Pronunciamento Técnico CPC – 00/2008 “os ganhos representam outros itens que se enquadram na definição de receita e podem ou não surgir no curso das atividades ordinárias da entidade, representando aumentos nos benefícios econômicos. Desta forma, não se considera diferença na natureza das receitas, ou seja, “não são considerados como um elemento separado nesta estrutura conceitual.

No item 76 do Pronunciamento Técnico CPC – 002008 “Ganhos incluem, por exemplo, aqueles que resultam da venda de ativos não correntes., A definição de receita também inclui ganhos não realizados.”

Desta forma, segundo o item 77 do Pronunciamento Técnico CPC – 00/2008, “vários tipos de ativos podem ser recebidos ou aumentados por meio de receita.” Outro fator importante é que “receita também pode resultar da liquidação de passivos. “

Reconhecimento da Receita

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC – 30/2009, “a receita somente é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos associados À transação fluirão para a entidade.” Em relação à mensuração “ a receita deve ser mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.”

O art. 9º da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.282/2010 atualiza e consolida os dispositivos da Resolução CFC nº 750/1993, dispõe que “os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.”

Despesa

Reconhecimento da Despesa

Tributação

V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIDAR, Carlos Miguel. Curso de Direito Desportivo, Ed. Ícone, São

Paulo:2003.Monteiro de Barros, Alice, O ATLETA PROFISSIONAL DO FUTEBOL EM FACE DA "LEI PELÉ" (n. 9.615, de 24.03.98), Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg. - Belo Horizonte, 30 (60): 153-170, Jul./Dez.99

SOUZA, Gustavo Lopes Pires de (coord). DELBIN, Gustavo. OTTONI, Lucas. MEDAUAR, Caio. ANDREOTTI, Leonardo. Direito Desportivo. Arraes, 2015.

_____, Gustavo Lopes Pires de. A Extinção da Cláusula Penal e a Nova Realidade da Rescisão do Contrato de Trabalho do Atleta Profissional ante as Alterações na Lei Pelé. Síntese Trabalhista, v. 296, p. 30, 2014.

ZAINAGHI, Domingos Sávio. Os atletas profissionais de futebol no Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 1998.

_____, Domingos Sávio. Direito do trabalho dos jogadores de futebol. Síntese Trabalhista – n°. 165 – Mar/2003, p. 146 – 152.